



Número: **0802028-48.2020.8.18.0027**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Vara Única da Comarca de Corrente**

Última distribuição : **28/10/2020**

Valor da causa: **R\$ 15.590,00**

Assuntos: **Agência e Distribuição**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
D. D. S. N. (AUTOR)		ARTUR ALUISIO NEVES DE PADUA (ADVOGADO)	
LUZINETE BATISTA DA SILVA NUNES (INTERESSADO)		ARTUR ALUISIO NEVES DE PADUA (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
12766767	28/10/2020 13:55	Petição Inicial	Petição Inicial
12788060	28/10/2020 13:55	Doc.Pes.Luzinete	Documentos
12788061	28/10/2020 13:55	RG e CPF - David	Documentos
12788076	28/10/2020 13:55	Comp. Residencia	Comprovante
12788080	28/10/2020 13:55	Procuração - David	Procuração
12788084	28/10/2020 13:55	peça - DPVAT DAVID	Petição
12788655	28/10/2020 13:55	Procuração Luzinete	Procuração
12788661	28/10/2020 13:55	B.O	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
12788664	28/10/2020 13:55	Certidão de óbito	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
12788665	28/10/2020 13:55	CNPJ - seguradora	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
12788666	28/10/2020 13:55	conta bancaria 1	Comprovante
12788669	28/10/2020 13:55	Corpo de delito	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
12788671	28/10/2020 13:55	Decisão Tutela	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
12788672	28/10/2020 13:55	prints	Comprovante

anexo



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO "JOÃO DE DEUS MARTINS"

0669210

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 1.696.140 DATA DE EXPEDIÇÃO 04/11/15

NOME LUZINETE BATISTA DA SILVA NUNES

FILIAÇÃO ZILDETE BATISTA DA SILVA NUNES LUIZ NUNES

NATURALIDADE CORRENTE-PI DATA DE NASCIMENTO 24/10/1974

DOC. ORIGEM CERT. CASAM. 2241 L 09 F 281

EXP. CORRENTE-PI 27/09/08

CPF 073.892.913-08

TERESINA-PI

MARCUS ANTONIO PINHEIRO DE MASCARENHAS
Diretor

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83 - DECRETO Nº 89.250/83



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO "JOÃO DE DEUS MARTINS"

David da Silva Nunes
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

Ministério da Fazenda
Receita Federal
COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO CPF

Número
105.609.403-60

Nome
DAVID DA SILVA NUNES

Nascimento
02/06/2003

VÁLIDA EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 8016600 DATA DE EXPEDIÇÃO 27/08/2019

NOME
DAVID DA SILVA NUNES

FILIAÇÃO
DILZETE DA SILVA NUNES

NATURALIDADE CORRENTE - PI DATA DE NASCIMENTO 02/06/2003

DIG. ORIGEM
CERT. NASCIMENTO 7841 L 7 F 93
EXP. CORRENTE - PI 18/09/2003
CPF 105.609.403-60

Francisco das Chagas Pinheiro Martins
ASSINATURA DO DIRETOR

LEI N° 7.116 DE 29/08/83 - DECRETO N° 89.250/83

CÓDIGO DE CONTROLE
F427.0160.823A.AC43



Emitido pela Secretaria da Receita Federal do Brasil
às 07:52:13 do dia 28/05/2019 (hora e data de Brasília)
dígito verificador: 00

VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO





Av. Marechal Castelo Branco, 101 - Norte - Teresina - PI
Inscrição Estadual: 19.301.656-7 / CNPJ: 06.845.747/0001-27
Internet: www.agespisa.com.br
Atendimento ao Consumidor: 08000 86 8888

Fatura Mensal

MATRÍCULA 2748138-7 **Hidrômetro** Y10N395913 **Referência** DEZ/2019

Nome/Razão Social/Endereço
LUZINETE BATISTA NUNES DE SOUZA
RUA PETRONIO PORTELA B M DO PEQUI, SN
MORRO DO PIQUI
CORRENTE 64980000 **AG= 134**

Situação 3/1 **Res.** 1 **Categorias de Uso** Com. Ind. Pub. **Inscrição** 29 1 09 0469 0128-000

Período de Consumo 11/11/2019 **Dias Consumo** 11/12/2019 30

Mês/Ano	Histórico de Consumo Leitura	Consumo	Ocorr.
06/19	787	14	0
07/19	802	15	0
08/19	814	12	0
09/19	830	16	0
10/19	846	16	0
11/19	862	16	0
12/19	874	12	0

Forma de Faturamento
FATURADO P/ CONSUMO NORMAL
C.D. Responsável 028469241 **Código da Tarifa** 01
Consumo Médio 14 **Cons. Fio Água** 12 **Cons. Fio Esgoto** 12

Cód.	Nome do Serviço	Valor (R\$)
AGUA		43,07
MULTA IMPONTUALIDADE 001/001		1,39
JUROS DE MORA 001/001		0,71
MANUTENÇÃO HIDROMETRO		1,90

VENCIMENTO 19/12/2019 **TOTAL A PAGAR (R\$)** 47,07

PAGUE ATÉ O VENCIMENTO. EVITE COBRANÇA DE MULTA/JUROS MORA.
CONFORME LLI FEDERAL 11.445/2007 O SERVIÇO SERÁ SUSPENSO 30
DIAS APÓS VENCIMENTO.

Parâmetros	Turbidez	Cor	Cloro	PH	Ferro	Colif.Totais	Escherichia Coll
Valor Máximo Permitido	5,0	15	5,0	6,0 a 9,5	0,3	Ausente	Ausente
Nº Mínimo de Amostras Exigidas							
Nº Amostras Realizadas							
Nº Amostra que Atende Legislação							
Valor Médio	1.49	1.04	6.96		0.00	0.00	

Conclusão PRESERVE A QUALIDADE DA ÁGUA, LAVE OS RESERVOATÓRIOS SEMESTRALMENTE.

Atenção:
A AGESPISA NÃO VAI MAIS MANTER SERVIÇO DE ENTREGA DE CONTA
ALTERNATIVA. RETIRE 2 VIA SITE WWW.AGESPISA.COM.BR.
EVITE JOGAR LIXO NA REDE COLETORA. ESGOTO COLETADO PELA AGES
PISA RECEBE PROCESSO DE TRATAMENTO ANTES DA DESTINAÇÃO FINAL

Usuário Agespisa



Inscrição 29 1 09 0469 0128-000 **AG= 134**

Res. 1 **Categorias de Uso** Com. Ind. Pub. **Matrícula** 2748138-7 **Referência** DEZ/2019

VENCIMENTO 19/12/2019 **TOTAL A PAGAR (R\$)** 47,07

8269000000-9 47070001822-4 74813871220-7 19000000001-7



PROCURAÇÃO "AD JUDICIA"

DAVID DASILVA NUNES, BRASILEIRO,
SOLTEIRO, ESTUDANTE, residente
e domiciliado (a) à

CEP: 64980-000,
portador(a) do CPF nº 105 609 403 60, RG:
telefone ()

nomeia e constitui seus procuradores os advogados
DR. ARTUR ALUÍSIO NEVES DE PADUA OAB/DF 58.612, ao
qual confere poderes para o foro em geral, com a
cláusula "ad judícia", em qualquer juízo, instância,
Tribunal ou cartório podendo propor contra quem de
direito as ações competentes e defendê-la nas
contrárias, seguindo umas e outras, até final decisão,
usando os recursos legais e acompanhando-a,
conferindo-lhe, firmar compromissos ou acordos,
receber e dar quitação, agindo em conjunto ou
separadamente, podendo ainda substabelecer este
instrumento a outrem, com ou sem reservas de iguais
poderes, dando tudo por bom, firme e valioso.

Corrente/PI, 04 de fevereiro de 2019.

Outorgante: David da Silva Nunes

Rua 14, lote 281/2, Vila Nova, São Sebastião – DF, CEP 71.693117; Rua dos estudantes, nº 516, Centro,
Corrente – PI, email: arturaluisio@gmail.com, Tel: (61) 98206-0350;





AO DOUTO JUÍZO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE CORRENTE-PI

DISTRIBUIÇÃO POR URGÊNCIA - PRIORIDADE PROCESSUAL - INFANTE - art. 1048, § 2.º, II do CPC.

DAVID DA SILVA NUNES, brasileiro, solteiro, estudante, infante, inscrito na cédula de identidade nº 8016600 e CPF nº 105.609.403-60, residente e domiciliado Rua Petrônio Portela, S/N, bairro Morro do Pequi, na cidade de Corrente-PI, CEP: 64980-000. Telefone: (89) 99933-6553 filho da De cujus **DILZETE DA SILVA NUNES**, representado por **LUZINET BATISTA DA SILVA NUNES**, brasileira, divorciada, do lar, inscrita na cédula de identidade nº 1.696.140 e CPF nº 013.892.913-08, residente e domiciliada no mesmo endereço do Requerente vem, respeitosamente, à honrosa presença de Vossa Excelência, propor a presente:

AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER - SEGURO DPVAT C/C DANO MORAL C/C TUTELA DE URGÊNCIA

Em face da **SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA**, portadora do CNPJ nº 09.248.608/0001-04, com sede na Rua da Assembleia, nº 100, Andar 26, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP nº 20.011-904, endereço eletrônico presidencia@seguradoralider.com.br fone nº (21) 3861-4600.

1.0 DA GRATUIDADE DA JUSTIÇA

Inicialmente, requer a V. Exa. seja deferido o benefício da Gratuidade de Justiça, com fulcro no artigo 98 e 99 do Código de Processo Civil (CPC), consoante com o artigo 5º, LXXIV, da Constituição Federal de 1988 (CF), pois a Requerente não possui condição de arcar com as custas processuais e honorários advocatícios sem prejuízo do próprio sustento e





de sua família, conforme atestado de pobreza que instrui a exordial, sendo, portanto, beneficiário da gratuidade de justiça.

2.0 PRIORIDADE DA TRAMITAÇÃO DO FEITO

Faz-se mister ressaltar, inicialmente, a prioridade absoluta na tramitação dos feitos em que seja parte criança e adolescente, em observação ao espírito protecionista da Constituição Federal e do Estatuto da Criança e do Adolescente, que aponta o dever do Poder Público, com prioridade absoluta, à efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, máxime em seu art. 4º, parágrafo único, b, o qual determina a precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública, devendo tal informação constar no rosto dos autos. Corroborando tais argumentos, o Novo Código de Processo Civil dispõe no inciso II e no § 2º do artigo 1048 a respeito da tramitação prioritária dos processos em que são partes crianças e/ou adolescentes.

3.0 DOS FATOS

Trata-se de seguro devido em face de acidente ocorrido em 27/01/2020 por volta das 05h00min, fatos devidamente comprovados no teor do Boletim de Ocorrência (BO) e demais documentos em anexo. Diante de tal fato, foi devido o pagamento do prêmio segurado, na forma do Art. 3º, da Lei nº 6.194/74, o que **foi concedido administrativamente, sinistro nº 3200277000 em 11/08/2020, cobertura no valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**, conforme documentação anexa.

Pois bem, em 26/07/2020 o Autor requereu indenização por morte pelo aplicativo da SEGURADORA LIDER, pedido que foi deferido em 11/08/2020. Ocorre que a parte Requerida vem alegando que *“foi feita uma tentativa de liberação do pagamento, porém o crédito foi rejeitado pelo banco devido à inconsistência nos dados bancários {...}”*. (prints em anexo).





Diante de tal justificativa da parte Ré, o Requerente foi até ao Banco do Brasil (BB), para verificar se havia algum problema com a sua conta bancaria Agencia nº 2609-2 Conta Corrente nº 29.626-0, **o funcionário do banco afirmou que a conta bancaria está funcionando devidamente.**

O Autor entrou em contato diversas vezes com a Seguradora Requerida para tentar solucionar o imbróglgio, afirmando que não havia nenhum erro com a sua conta bancaria, alguns procedimentos administrativos foram abertos, porém o problema persiste por falha exclusiva da parte Ré.

Números de protocolo de atendimento: 20200059335, 20200083878, 20200113789, 20200171781, 20200189714, 20200226025, 20200226134, 20200235666, 20200325883, 20200329765, entre outros números de protocolos não anotados.

Repita-se, o pedido de indenização por morte foi deferido pela Seguradora Requerida em 11/08/2020, já se passaram três meses desde o requerimento, por erro exclusivo desta o dinheiro ainda não foi depositado na conta bancaria do Autor.

A luz do que foi descrito nas linhas anteriores, é flagrante a inércia da contraparte em solucionar o problema, lesando o Autor. Esgotados outros meios, não restou opção se não buscar ajuda jurisdicional para a presente tratativa.

4.0 DO DIREITO

Nos termos do art. 3º da lei nº. 6.194/74, os danos pessoais cobertos pelo seguro DPVAT compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementar:

Art. 3º - Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;





Conforme documentação probatória, o nexo de causalidade entre o fato ocorrido (acidente) e o dano dele decorrente são inequívocos, fazendo jus o Autor ao recebimento do seguro obrigatório nos termos do art. 5º da Lei nº 6.194/74.

Como dito anteriormente, o pedido de indenização por morte foi concedido administrativamente em 11/08/2020, cobertura no valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), falta a Seguradora Ré depositar este valor na conta bancária do Autor.

É dever da Seguradora Requerida, cumprir com o determinado pelo art. 373 do CPC, que diz que ao réu incumbe o ônus da prova, *quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor.*

4.1 CORREÇÃO MONETÁRIA - TERMO INICIAL

Pela omissão voluntária do Réu, que reflete diretamente num prejuízo ao Autor tem-se configurado um ato ilícito. No mesmo sentido, o Código Civil dispõe:

Art. 389. Não cumprida a obrigação, responde o devedor por perdas e danos, mais juros e atualização monetária segundo índices oficiais regularmente estabelecidos, e honorários de advogado.

Conforme precedentes sobre o tema, o valor apurado deve sofrer correção monetária a partir da data do sinistro, conforme clara redação da Súmula 43 do STJ:

Súmula 43 - Incide correção monetária sobre dívida por ato ilícito a partir da data do efetivo prejuízo. (Súmula 43, CORTE ESPECIAL, julgado em 14/05/1992, DJ 20/05/1992)

Este entendimento predomina na jurisprudência, vejamos:

ACÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO - DPVAT. ATUALIZAÇÃO DO VALOR INDENIZATÓRIO PREVISTO NA LEI N. 6.194/1974 DESDE A DATA DO EVENTO DANOSO. SÚMULA 580 DO STJ. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO. (TJ-SC - AC: 03101020720168240033 Criciúma 0310102-07.2016.8.24.0033,





Relator: Maria do Rocio Luz Santa Ritta, Data de Julgamento: 08/05/2018, Terceira Câmara de Direito Civil);

ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA. TERMO INICIAL. DATA DO EVENTO DANOSO. TESE FIRMADA PELO STJ SOB O FORMATO DO ART. 543-C DO CPC (REsp. 1.483.620/SC). JUROS DE MORA. TERMO INICIAL. CITAÇÃO (STJ, SÚMULA 426). RECURSO PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA. 1. Ocorrido o acidente automobilístico, aferido que as lesões experimentadas pela vítima determinaram sua incapacidade parcial permanente decorrente da debilidade permanente do membro inferior esquerdo em um segmento que passara a afligi-la, patenteado o nexo de causalidade enlaçando o evento danoso à invalidez que a acomete, assiste-lhe o direito de receber a indenização derivada do seguro obrigatório - DPVAT - (...), a omissão legislativa sobre a previsão de atualização do delimitado como simples forma de preservar a identidade das coberturas no tempo por estarem sujeitas ao efeito corrosivo da inflação obsta que seja determinada a correção das indenizações devidas desde o momento da fixação da base de cálculo, determinando que sejam atualizadas somente a partir do evento danoso, conforme tese firmada pela Corte Superior de Justiça sob o formato do artigo 543-C do CPC/73 em sede de julgamento de recursos repetitivos (Resp 1.483.620/SC), e incrementadas dos juros de mora legais a contar da citação (STJ, súmula 426). 5. Apelação conhecida e provida. Unânime. (TJ-DF 20170110092880 DF 0002977-97.2017.8.07.0001, Relator: TEÓFILO CAETANO, Data de Julgamento: 25/04/2018, 1ª TURMA CÍVEL, Data de Publicação: Publicado no DJE : 03/05/2018 . Pág.: 124-140)

4.2 DO DANO MORAL

Quanto ao dano moral, resta claro que a situação ultrapassou, e muito, a esfera do mero aborrecimento/dissabor. No presente caso, tem-se em tela um ato ilícito pelo descumprimento de obrigação contratual por parte do Réu, o que se enquadra no artigo 186 do Código Civil nos seguintes termos: *“Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito”*.

A reparação que obriga o ofensor a pagar e permite ao ofendido receber é princípio de justiça, com feição, punição e recompensa. “Todo e qualquer dano causado à alguém ou ao seu patrimônio, deve ser indenizado, de tal obrigação não se excluindo o mais importante deles, que é o dano moral, que deve automaticamente ser levado em conta” (V. R. Limongi França, Jurisprudência da Responsabilidade Civil, Ed. RT, 1988).

Bem assim, o artigo 927 do Código Civil é expresso ao estipular que:





Art. 927. Aquele que por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo. Parágrafo único. Haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem.

Quanto ao dano propriamente dito é de extrema importância explicitar o que aduzem os incisos V e X do fundamental artigo 5º da nossa Constituição Federal:

Art. 5º. [omissis] V – é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem; X – são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito à indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.

A teor do que dispõem os incisos anteriormente transcritos, não resta nenhuma dúvida quanto à garantia constitucional assegurada às pessoas (físicas e jurídicas), relativamente à indenizabilidade do Dano Moral. Neste particular, a lesão moral, a culpa, a negligência da Seguradora Requerida e a obrigação indenizatória estão, pois, devidamente provadas.

Veja excelência, o Requerente tentou resolver de maneira amigável e administrativa o imbróglio, porém a parte Ré vem se portando de maneira indevida, com isso, sendo obrigado a bater as portas do judiciário, para ver garantido seus direitos.

A indenização tem a finalidade de compensar a sensação de dor da vítima e, ao mesmo tempo, produzir no causador do mal impacto o bastante para dissuadi-lo de igual e novo atentado. Havendo dano, surge a necessidade de reparação, como imposição natural da vida em sociedade e, exatamente, para a sua própria existência e o desenvolvimento normal das potencialidades de cada ente personalizado.

Nestes Termos preceitua o artigo 6º do Código de Defesa do Consumidor

Art. 6º São direitos básicos do consumidor:

VI - a efetiva prevenção e **reparação de danos patrimoniais e morais**, individuais, coletivos e difusos;

VII - o **acesso aos órgãos judiciários** e administrativos com vistas à prevenção ou **reparação de danos patrimoniais e morais**, individuais,





coletivos ou difusos, assegurada a proteção Jurídica, administrativa e técnica aos necessitados;

Constituem desse modo, perdas, de ordem pecuniária ou moral, que alteram a esfera jurídica do lesado, exigindo a respectiva resposta, traduzida, no plano do direito, pela necessidade da restauração do equilíbrio afetado, ou compensação pelos traumas sofridos que na teoria em questão se busca atender. É que de bens espirituais e materiais necessitam as pessoas para a consecução de seus objetivos.

A indenização como um todo, deve levar em conta, além da condição pessoal da parte autora, sobretudo, a situação econômico-financeira da parte Ré. É cediço que o ressarcimento do dano moral independe de reflexos patrimoniais, bastando a ofensa a honra para gerar direito a indenização.

Atualmente existe verdadeiro avanço na questão da fixação do valor indenizatório do dano moral, aplicado por Juízes e Tribunais, levando-se em conta, pois, dentre outros fatores, a gravidade do fato, a extensão do dano, a gravidade das sequelas deixadas na vítima, bem como as condições das partes envolvidas.

No que concerne ao *quantum*, deve ser levado em conta os seguintes parâmetros, aceitos tanto pela doutrina quanto pela jurisprudência:

- a) a posição social e econômica das partes;
- b) a intensidade do dolo ou o grau de culpa do agente;
- c) a repercussão social da ofensa; e,
- d) o aspecto punitivo-retributivo da medida.

Com fulcro no exposto, requer indenização por **danos morais no montante de 02 (dois) salários mínimos, a saber, R\$ 2.090,00 (dois mil e noventa reais)**, em virtude dos prejuízos de ordem econômica e moral sofrido pelo Requerente, quando se viu lesado pelo não cumprimento da obrigação imposta a Seguradora Lider, ora requerida.

5.0 DA TUTELA DE URGÊNCIA

Nos termos do Art. 300 do CPC/15, "**a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.**".





No presente caso tais requisitos são perfeitamente caracterizados, vejamos:

PERICULUM IN MORA - O risco da demora fica demonstrado diante do não depósito do valor devido ao Autor que aguarda quase quatro meses e a seguradora Ré não se dispõe a solucionar um erro cometido exclusivamente por ela.

FUMUS BUNI IURIS - A probabilidade do direito fica perfeitamente demonstrada diante da comprovação do abuso sofrido pelo Autor, diante de um constrangimento ilegal.

Requer-se, assim, que o Poder Judiciário, determine à seguradora líder do consórcio do seguro DPVAT o imediato depósito da indenização por morte no valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), sob pena de multa, na conta bancária: Agência nº 2609-2 Conta Corrente nº 29.626-0, Banco do Brasil, conta sob titularidade do Autor.

6.0 DOS PEDIDOS

1. A concessão da **Assistência Judiciária Gratuita**, nos termos do art. 98 do Código de Processo Civil;
2. A citação do réu, na pessoa de seu representante legal, para, querendo responder a presente demanda;
3. A concessão do pedido liminar para determinar que o Réu deposite imediatamente a indenização por morte já concedida administrativamente, no valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), sob pena de multa, na conta poupança Agência nº 2609-2 Conta Corrente nº 29.626-0, Banco do Brasil, conta sob titularidade do Autor.
4. Que julgue a presente Ação **TOTALMENTE PROCEDENTE**, com a condenação do Réu ao **depósito imediato da indenização por morte, no valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**, na conta poupança Agência nº 2609-2 Conta Corrente nº 29.626-0, Banco do Brasil titularidade do Autor, sob pena de multa, acrescidas ainda de juros e correção monetária a partir de 27/01/2020, data do evento danoso;
5. O pagamento de indenização pelos danos morais causados ao Requerente, no **valor de 02 (dois) salários mínimos, a saber, R\$ 2.090,00 (dois mil e noventa reais)**, devendo tal quantia ser devidamente atualizada. Também segundo os critérios legais até a data do efetivo pagamento, acrescida ainda de juros de mora à taxa legal a partir da citação, em conformidade com o disposto no artigo 1.536, § 2º, do Código Civil, com observância aos dispositivos do Juizado Especial Cível;





6. A produção de todas as provas admitidas em direito, especialmente a prova documental;
7. A condenação do Requerido nas custas judiciais e honorários advocatícios nos parâmetros previstos no art. 85, §2º do CPC;
8. Manifesta interesse na realização de audiência conciliatória, nos termos do art. 319, VII, do CPC;

Dá à causa o valor de R\$ 15.590,00 (quinze mil quinhentos e noventa reais).

Nesses Termos, Pede Deferimento.

Corrente-PI, 26 de Outubro de 2020.

ARTUR ALUISIO NEVES DE PADUA
OAB – DF, 58612



PROCURAÇÃO "AD JUDICIA"

Nome Luzinete Batista da Silva Nunes,
nacionalidade Brasileira, estado civil divorciada,
profissão do lar, residente e domiciliado (a)
à Rua Petronio Portela, Bairro morro do feijão
Corrente, Piauí, CEP: 64.980.000,
portador(a) do CPF nº 01389291308, RG:
1.636.140, telefone () 99900.26.50,
email _____, nomeia e

constitui seus procuradores os advogados **DR. ARTUR
ALUISIO NEVES DE PÁDUA OAB/DF 58.612** e **DR. ISMAEL
PARAGUAI DA SILVA OAB/PI 7235**, aos quais confere
poderes para o foro em geral, com a cláusula "ad
judicia", em qualquer juízo, instância ou Tribunal,
podendo propor contra quem de direito as ações
competentes e defendê-la nas contrárias, seguindo umas
e outras, até final decisão, usando os recursos legais
e acompanhando-a, conferindo-lhe, firmar compromissos
ou acordos, receber e dar quitação, agindo em conjunto
ou separadamente, podendo ainda substabelecer este
instrumento a outrem, com ou sem reservas de iguais
poderes, dando tudo por bom, firme e valioso.

Corrente/PI, 04 de fevereiro de 2020.

Outorgante: Luzinete Batista da Silva Nunes

Rua dos estudantes, nº 516, Centro, Corrente - PI, email: arturaluisio@gmail.com, Tel: (61) 98206-0350; Rua Adolf Jonh Terry, nº 1631, Centro - Corrente - PI, email: ismaelparaguai@hotmail.com, Tel:





GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
POLÍCIA CIVIL
10ª DELEGACIA REGIONAL DE CORRENTE - CORRENTE - PI

BOLETIM DE Ocorrência

Nº: 003285/2020

DADOS DO REGISTRO

Data/Hora Início do Registro: 31/01/2020 11:03 Data/Hora Fim: 31/01/2020 11:31
Delegado de Polícia: Yure Saulo de Oliveira Aranha

DADOS DA Ocorrência

Afeto: 10ª Delegacia Regional de Corrente
Data/Hora do Fato: 27/01/2020 05:00

Local do Fato

Município: Corrente (PI)
Bairro: BR 135
Logradouro: BR 135

Tipo do Local: Outro

Natureza	Meio(s) Empregado(s)
1222: HOMICÍDIO CULPOSO NA DIREÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR (ART. 302 CAPUT DA LEI DOS CRIMES DE TRÂNSITO)	Veículo

ENVOLVIDO(S)

Nome Civil: LUIZA DA SILVA NUNES (COMUNICANTE)			
Nacionalidade: Brasileira	Sexo: Feminino	Nasc: 10/01/1981	Idade: 39 anos
Naturalidade: PI - Corrente	Profissão: Ajudante Geral		
Estado Civil: União Estável			
Nome da Mãe: Zildete Batista da Silva Nunes	Nome do Pai: Luiz Nunes		

Documento(s)

RG - Carteira de Identidade: 2.374.372

Endereço

Município: Corrente - PI
Logradouro: RUA PETRONIO PORTELA
Bairro: MORRO DO PEQUI
Telefone: (89) 99441-9981 (Celular)

Nome Civil: DILZETE DA SILVA NUNES (VÍTIMA)			
Nacionalidade: Brasileira	Sexo: Feminino	Nasc: 19/09/1986	Idade: 33 anos
Naturalidade: PI - Corrente			
Estado Civil: Sem Informação			
Nome da Mãe: Zildete Batista da Silva Nunes	Nome do Pai: Luiz Nunes		

Documento(s)

CPF - Cadastro de Pessoas Físicas: 018.686.933-92
RG - Carteira de Identidade: 3.218.724

Endereço

Município: Corrente - PI



Impresso por: José Ulisses Bezerra Dos Reis
Data de Impressão: 31/01/2020 11:33
Protocolo nº: Não disponível

Página 1 de 3

PPE - Procedimentos Policiais Eletrônicos





GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
POLÍCIA CIVIL
10ª DELEGACIA REGIONAL DE CORRENTE - CORRENTE - PI

BOLETIM DE Ocorrência

Nº: 003285/2020

Nome Civil: ANA CÁTIA DA SILVA NUNES (VÍTIMA)

Nacionalidade: Brasileira Sexo: Feminino Nasc: 20/05/1984 Idade: 35 anos
Naturalidade: PI - Corrente
Estado Civil: Sem Informação
Nome da Mãe: Zildete Batista da Silva Nome do Pai: Luiz Nunes

Endereço

Município: Corrente - PI

Nome Civil: DENISSON TAVARES BORGES DA SILVA (SUPOSTO AUTOR/INFRATOR)

Nacionalidade: Brasileira Sexo: Masculino Nasc: 24/07/1977 Idade: 42 anos
Naturalidade: PI - Barreiras do
Estado Civil: Solteiro(a)
Nome da Mãe: Claudenir Tavares Borges Nome do Pai: Domingos Rodrigues da Silva

Documento(s)

RG - Carteira de Identidade: 1948555

Endereço

Município: Barreiras do Piauí - PI
Logradouro: LOCALIDADE CACIMBAS

OBJETO(S) ENVOLVIDO(S)

Grupo Veículo	Subgrupo Microônibus/Ônibus
CPF/CNPJ do Proprietário 250.156.698-01	Placa OOE7281
Renavam 00995328986	Número do Motor 651955W0019670
Número do Chassi 8AC908657DE081646	Ano/Modelo Fabricação 2013/2013
Cor BRANCA	UF Veículo Goiás
Município Veículo Luziânia	Marca/Modelo I/M.BENZ 515CDISPRINTERM
Modelo I/M.BENZ 515CDISPRINTERM	Veículo Adulterado? Não
Quantidade 1 Unidade	Situação Envolvido, Meio Empregado
Última Atualização Denatran 28/02/2014	Situação do Veículo ALIENACAO FIDUCIARIA

Nome Envolvido

Denisson Tavares Borges da Silva

Envolvimentos

Proprietário

RELATO/HISTÓRICO

O NOTICIANTE JA QUALIFICADA COMPARECEU A ESTA DELEGACIA DE POLICIA CIVIL PARA RELATAR QUE NO DIA 27/01/2020 POR VOLTA DAS 05H ESTAVA INDO TRABALHAR NA SERRA DA SANTA MARTA; QUANDO AVISTOU UM ACIDENTE E PEDIU PARA DESCER; QUE RECONHECEU QUE SE TRATAVAM DE SUAS IRMAS; QUE LOGO O SAMU CHEGOU E AS LEVOU; QUE A ENFERMEIRA DA FIRMA TOZZI DISSE QUE AS DUAS VITIMAS JA QUALIFICADAS ESTAVAM COM VIDA; QUE NO CAMINHO AO HOSPITAL, UMA DAS IRMAS VEIO A ÓBITO, DE NOME DILZETE; QUE AO CHEGAR NO HOSPITAL RECEBERAM A NOTICIA; QUE A OUTRA VITIMA FOI ENCAMINHADA A CIDADE DE BARREIRAS-BA PARA REALIZAR UMA CIRURGIA; QUE UMA VAN NA BR 135 COLIDIU COM A MOTO EM QUE AS IRMAS ESTAVAM; QUE NAO CONHECE O CONDUTOR, MAS QUE É UM MOTORISTA DA EMPRESA TOZZI. ESTE É O RELATO.

Delegado de Polícia Civil: Yure Saulo de Oliveira Aranha
Impresso por: José Ulisses Bezerra Dos Reis
Data de Impressão: 31/01/2020 11:33
Protocolo nº: Não disponível

Página 2 de 3

PPE - Procedimentos Policiais Eletrônicos





GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
POLÍCIA CIVIL
10ª DELEGACIA REGIONAL DE CORRENTE - CORRENTE - PI

BOLETIM DE OCORRÊNCIA

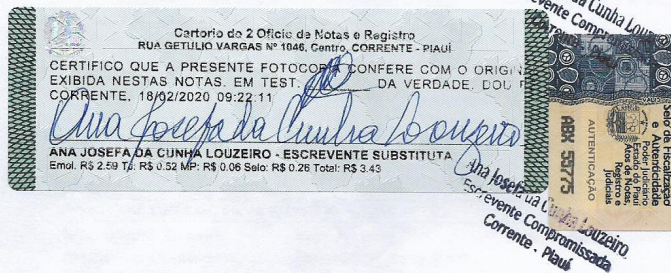
Nº: 003285/2020

ASSINATURAS

Darci de Araújo Benvido
Agente de Polícia Civil
Matrícula 2990709
Responsável pelo Atendimento

Luiza da Silva Nunes
(Comunicante)

"Declaro para os devidos fins de direito que sou o(a) único(a) responsável pelas informações acima assentadas e que posso responder civil e criminalmente pela presente declaração que dei origem, conforme previsto nos Artigos 339-Denunciação Caluniosa e 340-Comunicação Falsa de Crime ou de Autor de Crime do Código Penal Brasileiro."



Delegado de Polícia Civil: Yure Saulo de Oliveira Aranha
Impresso por: José Ulisses Bezerra Dos Reis
Data de Impressão: 31/01/2020 11:33
Protocolo nº: Não disponível

Página 3 de 3

PPe - Procedimentos Policiais Eletrônicos







REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

CERTIDÃO DE ÓBITO

NOME
DILZETE DA SILVA NUNES

CPF
018.886.933-92

MATRÍCULA
148858 01 55 2020 4 00007 258 0003837- 59
(LIVRO C: 7 TERMO: 3837 FOLHA: 258)

SEXO **FEMININO** COR **PRETA** ESTADO CIVIL E IDADE
SOLTEIRA 33 ANOS

NATURALIDADE **CORRENTE-PI** DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO **3218724 SSP-PI** ELEITOR **SM**

FILIAÇÃO E RESIDÊNCIA
FILIAÇÃO: LUIZ NUNES e ZILDETE BATISTA DA SILVA NUNES
RESIDÊNCIA: RUA TRAVESSA JOÃO DO LAGO, S/Nº, MORRO DO PEQUI, CORRENTE-PI

DATA E HORA DE FALECIMENTO **VINTE E SETE DO MÊS DE JANEIRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE ÀS 08:00** DIA **27** MÊS **01** ANO **2020**

LOCAL DE FALECIMENTO
AMBULÂNCIA DO SAMU - BR 135, CORRENTE-PI

CAUSA DA MORTE
POLITRAUMATISMO, TRAUMATISMO CRÂNIO-ENCEFÁLICO, ACIDENTE DE MOTO/CARRO (COLISÃO)

SEPULTAMENTO/CREMAÇÃO (município e cemitério, se conhecido) **CEMITÉRIO PÚBLICO DE CORRENTE-PI** DECLARANTE **LUZINETE BATISTA DA SILVA NUNES**

NOME E NÚMERO DO DOCUMENTO DO MÉDICO QUE ATESTOU O ÓBITO
JOÃO PACHECO CAVALCANTE NETO - 1120 PI

AVERBAÇÕES/ANOTAÇÕES A ACRESCER
A EXTINTA NÃO DEIXOU TESTAMENTO, NEM BENS A ARROLAR, DEIXOU 01(UM) FILHO DE NOME: DAVID DA SILVA NUNES.

ANOTAÇÕES DE CADASTRO

TIPO DOCUMENTO	NÚMERO	DATA EXPEDIÇÃO	ÓRGÃO EXPEDIDOR	DATA DE VALIDADE
RG	3218724	04/08/2008	SSP PI	
TIPO DOCUMENTO	NÚMERO	ZONA/SEÇÃO	MUNICÍPIO	UF
Título de Eleitor	085051711503	022/0063	CORRENTE	PI
CEP Residencial	64980-000			

* As anotações de cadastro acima não dispensam a apresentação do documento original, quando exigido pelo órgão solicitante ou quando necessário para identificação de seu portador.

NOME DO OFÍCIO: 2º OFÍCIO DE NOTAS E REGISTRO CIVIL

OFICIAL

REGISTRADOR: CARMEN ALAYDE NOGUEIRA PARANAGUÁ

MUNICÍPIO/UF: CORRENTE-PI

ENDEREÇO: RUA GETÚLIO VARGAS Nº 1046 CENTRO

TELEFONE: (89)3573-1293 / (89)9885-5257

E-MAIL:

O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fé.
Data e local: CORRENTE, PI, 12 de Fevereiro de 2020.

Assinatura do Oficial

Cartório do 2º Ofício de Notas e Registro
RUA GETÚLIO VARGAS Nº 1046, Centro, CORRENTE - PIAUÍ

CERTIFICO QUE A PRESENTE FOTOCOPIA CONFERE COM O ORIGINAL
EXIBIDA NESTAS NOTAS EM TEST. DA VERDADE DO
CORRENTE, 18/02/2020 09:22

ANA JOSEFA DA CUNHA LOUZEIRO - ESCRIVENTE SUBSTITUTA
Emol. R\$ 2,59 TJ; R\$ 0,52 MP; R\$ 0,06 Selo; R\$ 0,26 Total: R\$ 3,43



ARPENBRASIL AA 010903132 BRP





Ana Ivoefia da Cunha Louzeiro
Escrevente Corrente
Carteira - PIAJI

Cartório do 2º Ofício de Notas e Registro
RUA GETULIO VARGAS Nº 1048, CENTRO, CORRENTE - PIAJI

CERTIFICADO QUE A PRESENTE FOTOCOPIA CONFERE COM O ORIGINAL
EXIBIDA NESTAS NOTAS, EM TEST. DA VERDADE, DO
CORRENTE, 19/02/2020 09:22:11

Ana Ivoefia da Cunha Louzeiro

ANA JOSEFA DA CUNHA LOUZEIRO - ESCRIVENTE SUBSTITUTA
EMP. R\$ 2.257,71 R\$ 0,32 MP. R\$ 0,05 Selo: R\$ 0,25 Total: R\$ 3,43

Selo de Autenticidade
e Autenticidade
Poder Judiciário
Estado do Piauí
Atos de Notas,
Registro e
Judiciais
AUTENTICAÇÃO
ABX 55772

DETALHAMENTO DA MATRÍCULA

Matrícula	001830165 1987 1 0003 050 0000533 31	cc (65)	tipo de Serviço Prestado, sendo:	nn (0003)	Número do livro
Padrão	aaababbbcc ddad e ffff ggg hhhhhh ii	ddad (1987) Ano do Registro	55: Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais	ggg (050)	Número da folha
DE TALHAMENTO					
aaaaa (00183-3)	Código Nacional de Identificação	g (1)	tipo do livro, sendo:	hhhhhh (0000533)	Número do Termo
bb (01)	Código de Assinatura	2	Livro B (Casamento)	ii (31)	Digito Verificador
01 - Livro de Registro Civil das Pessoas Naturais					
02 - Livro de Registro Civil das Pessoas Jurídicas					
03 - Livro de Registro Civil das Pessoas Naturais - Registro de Casamento					
04 - Livro de Registro Civil das Pessoas Naturais - Registro de Nascimento					
05 - Livro de Registro Civil das Pessoas Naturais - Registro de Óbito					
06 - Livro de Registro Civil das Pessoas Naturais - Registro de União Consensual					
07 - Livro de Registro Civil das Pessoas Naturais - Registro de União Estável					
08 - Livro de Registro Civil das Pessoas Naturais - Registro de União Consensual					
09 - Livro de Registro Civil das Pessoas Naturais - Registro de União Estável					
10 - Livro de Registro Civil das Pessoas Naturais - Registro de União Consensual					
11 - Livro de Registro Civil das Pessoas Naturais - Registro de União Estável					

Uso exclusivo para emissão de certidões de registro civil das pessoas naturais



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 09.248.608/0001-04 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 10/12/2007
NOME EMPRESARIAL SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****		PORTO DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 65.12-0-00 - Sociedade seguradora de seguros não vida		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 65.11-1-01 - Sociedade seguradora de seguros vida		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 205-4 - Sociedade Anônima Fechada		
LOGRADOURO R DA ASSEMBLEIA	NÚMERO 100	COMPLEMENTO ANDAR 26
CNPJ 20.011-904	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO RIO DE JANEIRO
UF RJ		
ENDEREÇO ELETRÔNICO PRESIDENCIA@SEGURADORALIDER.COM.BR		TELEFONE (21) 3861-4600
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 10/12/2007
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****







GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL JUDICIÁRIA
DELEGACIA GERAL DA POLÍCIA CIVIL
DELEGACIA DE POLÍCIA DE CORRENTE - PI



AUTO DE EXAME DE CORPO DE DELITO / LAUDO CADAVERÍCO
(Art. 158 do CPP)

27/01/2020
Aos 27/01/2020, no Hospital de Corrente/PI, onde se achava presente a Autoridade Policial, Bel. Yure Saulo de Oliveira Aranha, Delegado de Polícia Civil, aí presente o Dr. João Pacheco Cavalcante Neto CRM 1120 exercendo suas funções nesta cidade de Corrente-PI, o qual assumiu o compromisso legal de bem e fielmente desempenhar suas funções, foi encarregado de proceder ao Exame de Corpo de Delito/Cadáverico na Pessoa de **DILZETE DA SILVA NUNES**, RG nº 3.218.724 SSP-PI, CPF nº 018.686.933-92, nascida em 19/09/1986, filha de Luiz Nunes e de Zildete Batista da Silva Nunes, bem como responder aos quesitos abaixo e, para tudo constar, foi lavrado este termo que segue assinado pelo perito oficial e pela autoridade policial, que o digitou:

- 1º) Houve morte? Sim
- 2º) A morte foi natural ou violenta? Violenta
- 3º) Tendo sido violenta, foi resultado de suicídio, acidente, ou homicídio? (resposta especificada). Acidente
- 4º) Qual o instrumento ou o meio que ocasionou? Acidente moto/carro (colisão)
- 5º) Foi ocasionado pelo emprego de veneno, fogo, explosivo, asfixia, tortura ou outro meio insidioso ou cruel ou de possa resultar perigo comum? Ocasionado por acidente
- 6º) Verificado os fenômenos cadavéricos instalados, em que época se presumem os peritos, ter ocorrido morte? Morte recente no local
- 7º) Há outros os dados julgados úteis? Traumatismo cranio-encefálico, politraumatismo

Nada mais havendo, após lido e achado conforme, deu-se por encerrado o presente laudo, que segue devidamente assinado pela Autoridade e pelo perito responsável pelo exame.

PERITO MÉDICO LEGISTA:

Dr. João Pacheco Cavalcante Neto
Médico Legista
Secretaria de Segurança Pública
CRM-PI 1120 - CRE-MEB 12159
C.P.F.: 131.898.804-20

Yure Saulo de Oliveira Aranha
Delegado de Polícia Civil
Mat.: 318268-1

YURE SAULO DE OLIVEIRA ARANHA
DELEGADO DE POLÍCIA CIVIL





26/07/2020

Número: **0800144-81.2020.8.18.0027**

Classe: **GUARDA**

Órgão julgador: **Vara Única da Comarca de Corrente**

Última distribuição : **10/03/2020**

Valor da causa: **R\$ 1.045,00**

Assuntos: **Guarda**

Segredo de justiça? **SIM**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
LUZINETE BATISTA DA SILVA NUNES (REQUERENTE)		ARTUR ALUISIO NEVES DE PADUA (ADVOGADO) ISMAEL PARAGUAI DA SILVA (ADVOGADO)	
D. D. S. N. (REQUERENTE)		ARTUR ALUISIO NEVES DE PADUA (ADVOGADO) ISMAEL PARAGUAI DA SILVA (ADVOGADO)	
LUZINETE BATISTA DA SILVA NUNES (INTERESSADO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
9962567	28/05/2020 12:04	Decisão	Decisão





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
Para Única da Comarca de Corrente DA COMARCA DE CORRENTE
Avenida Manoel Lourenço Cavalcante, s/n, Fórum Des. José Messias Cavalcante, Nova
Corrente, CORRENTE - PI - CEP: 64980-000

PROCESSO Nº: 0800144-81.2020.8.18.0027

CLASSE: GUARDA (1420)

ASSUNTO(S): [Guarda]

REQUERENTE: LUZINETE BATISTA DA SILVA NUNES, D. D. S. N.

INTERESSADO: LUZINETE BATISTA DA SILVA NUNES

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de Ação de Tutela c/c Pedido de Concessão de Tutela Provisória c/c Tutela de Urgência proposta por LUZINETE BATISTA DA SILVA NUNES em favor do menor DAVID DA SILVA NUNES.

Na petição inicial, em síntese, a parte autora informou que é tia do adolescente, que a genitora do mesmo faleceu e que o genitor é pessoa desconhecida. Requereu a concessão da tutela. Juntou documentos (ID 8754711, 8754740 e 8755045).

O Órgão Ministerial, por meio da sua representante, opinou pelo deferimento da tutela provisória, a realização de estudo social, bem como pela designação de audiência (ID 9397752).

Vieram-me os autos conclusos.

É o relatório.

DECIDO.

Em situação normal os filhos são cuidados, criados e educados por seus genitores, ambos, se possível, e só por um deles na hipótese de uma relação monoparental, que pode surgir de diversos fatores, como a morte de um dos pais, ausência, separação de fato, divórcio, falta de reconhecimento ou dissolução de união estável (MADALENO, Rolf. *Curso de direito de família*. Rio de Janeiro: Forense, 2011, 1099).

Quanto ao pedido de antecipação de tutela formulado pela parte autora, prescreve o §1º do artigo 33 do Estatuto da Criança e do Adolescente: “§ 1º A guarda destina-se a regularizar a posse de fato, podendo ser deferida, liminar ou incidentalmente, nos procedimentos de tutela e adoção, exceto no de adoção por estrangeiros”.

Na hipótese dos autos há informação comprovada através de certidão de óbito que a genitora do menor faleceu, além de demonstrar que não consta no assento de nascimento do adolescente o nome do seu genitor, bem como que a responsabilidade com a criação do menor está sendo suportada pela parte autora, cujo parentesco se dá por ser tia materna do mesmo.

Ante o exposto, acorde à manifestação ministerial, com vistas ao



Assinado eletronicamente por: VIVIANE KALINY LOPES DE SOUZA - 28/05/2020 12:05:08
<http://tjpi.pje.jus.br:80/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20052812042940200000009471618>
Número do documento: 20052812042940200000009471618

Num. 9962567 - Pág. 1



Assinado eletronicamente por: ARTUR ALUISIO NEVES DE PADUA - 28/10/2020 13:57:56
<http://tjpi.pje.jus.br:80/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20102813545709800000012096962>
Número do documento: 20102813545709800000012096962

Num. 12788671 - Pág. 2

melhor interesse do adolescente, defiro o pedido de tutela de urgência pretendido, no sentido de deferir a **TUTELA PROVISÓRIA** do menor DAVID DA SILVA NUNES em favor da Sra. LUZINETE BATISTA DA SILVA NUNES. Para tanto, **expeça-se** o competente termo de responsabilidade, sem prejuízo da sua revogação a qualquer tempo.

Destaco que a regularização da tutela poderá ser modificada a qualquer tempo, sempre com vistas a resguardar o melhor interesse do menor.

Na ausência de equipe própria neste Juízo, **oficie-se o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)** deste município, para, no prazo de até 15 (quinze) dias, por meio de sua equipe multidisciplinar, realizar estudo social do caso. Inclua-se no ofício o disposto no artigo 330 do Código Penal.

Somente após o cumprimento de todas as diligências, voltem-me os autos conclusos para designação de audiência.

Expedientes necessários.

CORRENTE-PI, 28 de maio de 2020.

VIVIANE KALINY LOPES DE SOUZA
Juíza de Direito Substituta da Vara Única da Comarca de Corrente



Assinado eletronicamente por: VIVIANE KALINY LOPES DE SOUZA - 28/05/2020 12:05:08
<http://tjpi.pje.jus.br:80/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20052812042940200000009471618>
Número do documento: 20052812042940200000009471618

Num. 9962567 - Pág. 2



Assinado eletronicamente por: ARTUR ALUISIO NEVES DE PADUA - 28/10/2020 13:57:56
<http://tjpi.pje.jus.br:80/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20102813545709800000012096962>
Número do documento: 20102813545709800000012096962

Num. 12788671 - Pág. 3

Em Análise
Última movimentação em 29/07/2020

N° do sinistro: 3200264528

Tipo: Morte

Vítima: DILZETE DA SILVA NUNES

Data do acidente: 27/01/2020

Data da reclamação: 26/07/2020

Início Busca Avisos FAQ

SINISTRO 3200277000 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA DILZETE DA SILVA NUNES
COBERTURA Morte
PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO SEGURADORA LIDER DPVAT - OPERAÇÃO CORREIOS
BENEFICIÁRIO DAVID DA SILVA NUNES
CPF/CNPJ: 10560940360

Posição em 08-08-2020 12:04:32
O pedido de indenização está em fase final de análise na Seguradora Líder-DPVAT. Em breve, o pagamento da indenização será liberado. Por gentileza, volte a consultar seu processo neste site dentro de 4 dias.

Data do Pagamento	Valor da Indenização	Juros e Correção	Valor Total
11/08/2020	R\$ 13.500,00	R\$ 0,00	R\$ 13.500,00

PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO SEGURADORA LIDER DPVAT - OPERAÇÃO CORREIOS
BENEFICIÁRIO DAVID DA SILVA NUNES
CPF/CNPJ: 10560940360

Posição em 17-08-2020 10:41:09
Foi feita uma tentativa de liberação do pagamento, porém o crédito foi rejeitado pelo banco devido à inconsistência nos dados bancários fornecidos. Favor atualizar seus dados bancários no local onde seu pedido do Seguro DPVAT foi aberto para dar continuidade ao processo. Acesse o Site para imprimir o Formulário de Pedido do Seguro DPVAT.

DOCUMENTOS

SINISTRO 3200277000 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA DILZETE DA SILVA NUNES
COBERTURA Morte
PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO SEGURADORA LIDER DPVAT - OPERAÇÃO CORREIOS
BENEFICIÁRIO DAVID DA SILVA NUNES
CPF/CNPJ: 10560940360

Posição em 10-09-2020 10:21:26
Os dados bancários foram atualizados e a Seguradora Líder-DPVAT está providenciando uma nova tentativa de liberação deste pagamento. Por gentileza, volte a consultar seu processo neste site dentro de 4 dias.

Data do Pagamento	Valor da Indenização	Juros e Correção	Valor Total
11/09/2020	R\$ 13.500,00	R\$ 0,00	R\$ 13.500,00

Chat



